

Ana Vicente

As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX

A vida é o que fazemos dela.
As viagens são os viajantes.
O que vemos, não é o que
vemos, senão o que somos.

Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*

1. Introdução

Há muitos anos que me interesso por literatura de viagens e em particular pelas narrativas produzidas por viajantes estrangeiros em Portugal.¹ Talvez isto seja resultado de eu própria ser filha de uma escritora inglesa e de um jornalista português, que mantiveram sempre bem presentes as diversas identidades culturais dos dois países e as pontes possíveis entre formas de estar e de ser.

Na minha infância e juventude, cruzaram-se numerosos estrangeiros que visitavam o nosso país, por períodos mais ou menos longos, por razões de curiosidade ou interesse cultural, social ou político ou outras. Em muitos casos iam beber, na nossa casa do Monte Estoril, opiniões, perspectivas, olhares e informações. Alguns destes visitantes vieram também, eles ou elas, a escrever livros sobre as suas impressões e a referir os meus pais nos agradecimentos.

Acompanhei e guiei, ao longo desse período da minha vida, várias dezenas de estrangeiros, na sua maioria ingleses, quase sempre aos lugares clássicos de que tinham ouvido falar e que exigiam conhecer, tais como os monumentos e as vistas de Sintra, Cascais, Estoril, e os locais emblemáticos de Lisboa. Por vezes, havia tempo e vontade para ir mais longe — à Batalha, a Alcobaça, à Nazaré, a Fátima, ao Portinho da Arrábida. Muitos deles partiam ainda para o norte ou sul,

1 Este texto baseia-se no meu livro *As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes Estrangeiros (Séculos XVIII, XIX, XX)* (2001). Lisboa: Gótica. Contudo acrescente nova bibliografia e um novo relato de viagens que só recentemente foi descoberto (William Pitt).

procurando um conhecimento mais completo do País. Os visitantes estrangeiros buscavam os lugares, as paisagens, a arte, os monumentos, em suma, a estética natural ou construída — muito mais raramente se interessavam pelas pessoas e pelas suas formas de vida.

É mesmo possível encontrar livros de viagens no período coberto por este trabalho, onde parece que Portugal é um espaço não povoado por gentes, tão notória é a sua ausência. A falta de conhecimento da língua afastava e dificultava a comunicação, sem dúvida, mas não deixa de ser muito curioso verificar que é possível escrever sobre um país ignorando completamente a população.

Acresce que minha mãe, Susan Lowndes, é ela própria, juntamente com outra escritora inglesa, Ann Bridge, autora de um livro de viagens sobre Portugal, publicado em 1949, que conheceu sucessivas edições e se tornou um clássico, marcando o final de uma época em que o País ainda não tinha optado pela indústria do turismo de massas (Bridge/Lowndes 1949).

Também há muito que me interesse pelos estudos sobre género, ou seja o estudo que olha para a construção social do ser mulher ou ser homem, pela história das mulheres e pela história do relacionamento entre as mulheres e os homens. Estas histórias, sabemos, mantiveram-se longo tempo na sombra, no silêncio, na invisibilidade, no ocultamento, aguardando pacientemente a respectiva “des-coberta”. Tais temas e perspectivas eram considerados, até muito recentemente, como “não-história” pela historiografia portuguesa dominante, marcada por cânones tradicionais. É evidente que essa “des-coberta” foi iniciada muito mais precocemente em alguns países, mas mesmo assim é surpreendente como este processo se operou em período tão recente.

Alguns pioneiros nesta temática também manifestam essa surpresa. Georges Duby foi um dos primeiros a interrogar-se, numa obra autobiográfica, acerca das limitações do seu próprio olhar:

comment puis-je prétendre porter un jugement global et sérieux sur une population [...] si je néglige d'en observer de près une moitié ? Il est même étrange que j'aie tant tardé à m'inquiéter de l'histoire des femmes (Duby 1991).

Também eu própria ouvi da boca de Jacques le Goff considerações do mesmo tipo, numa conferência que pronunciou em Lisboa, no início dos anos 90.

A minha própria viagem pelos textos e imagens que vou apresentar é também uma viagem subjectiva, pessoal, parcial e apaixonada e, evidentemente, limitada. Não vi tudo, não ouvi tudo, não saboreei tudo, mas apenas o que o meu olhar conseguiu integrar.

Já a pesquisa bibliográfica que empreendi acerca do que poderia ter sido publicado em Portugal especificamente sobre a representação feminina ou a ela se referindo foi parca em resultados. De notar igualmente que não encontrei qualquer estudo centrado no olhar dos estrangeiros sobre as mulheres em Inglaterra, França ou Espanha, mas antes me dei conta de que já existe muita bibliografia inglesa, francesa, norte-americana e espanhola sobre mulheres viajantes daqueles ou de outros países, para destinos outros (Birkett 2004; Gallego Durán/Navarro Domínguez 2007; Hodgson 2002; Lapeyre 2007; Morató 2007).

Quando iniciei o levantamento do corpus propriamente dito, que seria objecto da minha investigação, compreendi ser este muitíssimo mais vasto do que é do conhecimento geral. O ponto de partida foi a livraria Duarte de Sousa. Trata-se de um notabilíssimo acervo bibliográfico reunido por António Alberto Marinho Duarte de Sousa, ao longo dos anos trinta e quarenta do século XX, mas sobretudo nos três últimos anos da guerra, totalizando cerca de 2500 obras, das quais figuram no catálogo 375 do século XVIII e 809 volumes do século XIX.

As obras analisadas foram escritas por viajantes ingleses, na sua maioria, mas também por franceses ou espanhóis e, ocasionalmente, por autores de outras nacionalidades, nestes casos traduzidas para inglês, francês ou português.

É evidente que continuam-se a encontrar em arquivos, bibliotecas ou em colecções privadas, narrativas de viagens até ao momento desconhecidas. Apesar do seu interesse, no que à minha análise diz respeito, é de duvidar que estas possam trazer alterações significativas. Para além destes, haverá contudo outros *corpus* que podem ser analisados do ponto de vista da teoria ou da história da viagem, como seja a imprensa diária ou periódica. Só em tempos recentes, com o acesso informático rápido e acessível a bancos de dados, é que é possível empreender estas análises. Igualmente, os blogues que abordam a viagem também poderão ser objecto de estudo. Também tem merecido algum interesse as narrativas de viagem totalmente falsas, escritas por pessoas que nunca se deslocaram ao país que descrevem.

2. Viajantes, Viagens, Narrativas, Imagens

Os relatos que analisei foram produzidos por uma grande diversidade de indivíduos, de ambos os sexos, de várias classes sociais, e desempenhando profissões ou funções muito variadas. Contudo, a grande maioria é de autoria masculina o que, evidentemente, reflecte os distintos papéis sociais atribuídos a um e a outro sexo, nos seus respectivos países, e a forma como umas e outros ocupavam os espaços públicos. Os motivos para a deslocação a Portugal são igualmente muito heterogéneos – alguns deslocam-se por decisão individual, não nos sendo comunicada a génese dessa decisão. Alguns vêm em virtude da sua função ou profissão, outros ainda devido a conflitos bélicos, outros precisamente porque querem escrever uma narrativa da viagem ou buscam a novidade e o exótico. Algumas mulheres vêm para acompanhar os maridos. Diversos procuravam alívio para as suas doenças, pois o clima português tinha fama nesse sentido.

Aqueles e aquelas cujo motivo prioritário era a produção de uma narrativa, ou seja, “escrever” a viagem, surgem sobretudo a partir do século XIX, com o Romantismo. A viagem é um elemento essencial desse movimento e foi naquele século que se popularizou a literatura de viagem, pelo que os e as narradores/as sabiam que a recepção por parte dos leitores e das leitoras seria, em princípio, ávida e o seu número vasto.

O acto de viajar conduzia “à verificação de um mundo” que previamente só se conhecera através da palavra escrita, de fontes orais ou de imagens e por isso o seu imenso fascínio para quem partia e para quem ficava (Lowndes Vicente 2003). Muitos foram, na viragem do século XVIII para o XIX e ao longo deste, os escritores famosos, oriundos dos países mais desenvolvidos, que legaram narrativas acerca de diversas zonas da Europa, do Próximo Oriente e do Norte de África por onde viajaram. Ou seja, estes eram escritores viajantes e não viajantes que escreviam. Anote-se os nomes de William Beckford, Johann Wolfgang von Goethe, George Byron, Stendhal, François-René Chateaubriand, Gérard de Nerval, Robert Louis Stevenson, William Thackeray, Alphonse Lamartine, Robert Southey, Gustave Flaubert, Percy Shelley, Samuel Taylor Coleridge, John Ruskin, George Eliot, Charles Dickens, Prosper Mérimée, George Sand, Théophile Gautier, Robert Browning, Hans Christian Andersen. Contudo, destes, apenas

William Beckford, Lord Byron, Robert Southey e Hans Christian Andersen chegaram àquela periferia da Europa chamada Portugal.

Ou seja, o País não fazia parte da poética do Romantismo, não lhe eram reconhecidos atributos românticos, como era o caso da Itália, da Grécia, da zona dos Alpes e, obviamente, o Oriente em geral. Os viajantes escolheram Portugal por outros motivos, mesmo que, uma vez chegados, possam ter identificado ou etiquetado elementos como sendo “românticos”, nomeadamente ao nível da paisagem. Encontravam o pitoresco, poderiam encontrar o belo, mas não encontravam o sublime, que tanto os transportava noutros pontos da Europa.

O tempo abrangido pelos textos é dilatado — duzentos anos — com rupturas determinantes na história de Portugal, muitas das quais relacionadas com os eventos que foram ocorrendo ou que se foram desenvolvendo noutros países. É o caso do surgimento do Iluminismo, a irrupção da Revolução Francesa, o percurso da Revolução Industrial, o advento dos constitucionalismos, o fim de algumas monarquias, enquanto outras se adaptavam aos novos tempos. Estas rupturas tiveram necessariamente impacto na situação das mulheres em Portugal e no relacionamento entre mulheres e homens. Também por outro lado, a situação das mulheres e o relacionamento de género teve impacto nas referidas rupturas.

Para além de toda a sua heterogeneidade, os narradores aqui apresentados poder-se-ão dividir em dois grandes grupos — aqueles que crêem firmemente que aquilo que relatam é “a realidade” em toda a sua totalidade e certeza e aqueles que têm a percepção da sua própria subjectividade e idiossincrasia.

O grupo de viajantes que busca “a verdade”, e que acredita na “sua verdade” nasceu com a história. Já Ulisses afirmara dizer toda a verdade. Chateaubriand quis mesmo que essa busca fosse um imperativo moral, e prescreveu que

Um viajante é uma espécie de historiador: o seu dever é contar fielmente aquilo que viu ou de que ouviu falar; nada deve inventar mas também nada deve omitir; e, sejam quais forem as suas opiniões particulares, estas nunca o devem cegar ao ponto de calar ou de desvirtuar a verdade (Chateaubriand 1969: 702).

O grupo de viajantes que assume a sua própria subjectividade entende, mesmo que não o explicita, que a representação se forma porque a realidade é apreendida em função da sua própria experiência, da sua

cultura, do seu trajecto individual. Neste sentido, a observação do viajante é sempre uma representação, uma representação espacial dada a multiplicidade dos locais e situações em que o/a viajante se vai encontrar. Uma representação que está também marcada por condições tecnológicas específicas, que se alteraram e transformaram profundamente ao longo do período em análise. Por sua vez a/o viajante que procura “a verdade” não a encontrará jamais, pois, tal como nos recorda Marguerite Yourcenar, a verdade das coisas nunca é exacta, pois sobre elas paira sempre a névoa do desejo. Mas há ainda aqueles que hesitam entre um e outro campo ou que se movimentam entre ambos, pelo que mesmo esta divisória é falaciosa.

Estes e estas viajantes estavam longe das preocupações pós-modernas com a percepção da diferença, da alteridade, da construção social de género, da percepção das “condições de um determinado local” identificadas por Adrienne Rich no início dos anos 80, da desconstrução e do multiculturalismo. Ou seja, as “opiniões avaliativas” destes e destas viajantes reflectem e revertem o olhar sobre si próprios. As suas descrições do universo feminino, seus costumes, traje, formas de trabalho e de lazer, práticas religiosas, normas (acatadas ou não) para o namoro e casamento, constituem aproximações possíveis do que era/é ser mulher desta ou daquela classe social em determinado momento temporal e de como os dois sexos se relacionavam. Está implícita nas narrativas uma tensão entre a subjectividade do “eu” e a pretensa objectividade do “real” — aquelas mulheres foram vistas daquela maneira, são o reflexo no espelho platónico do viajante. Há ainda quem proponha que a narrativa de viagem não é, obviamente, o relato do real mas apenas de um traço deixado pelo real no imaginário do viajante.

Quantos viajantes entenderiam as palavras que Claude Lévi-Strauss utilizou para iniciar a sua narrativa de viagem ao Brasil: “Viajar e viajantes são duas coisas que eu abomino — e no entanto, cá estou eu, pronto a contar a história das minhas expedições” (Lévi-Strauss 1964: 17). O antropólogo adverte, em meados do século XX, que consumimos livros de viagem sem qualquer sentido crítico e ficamos empolgados com os testemunhos de pseudo-viajantes.

Muitos dos viajantes que chegaram a Portugal, fizeram-no com a perspectiva de que viajar é um processo educativo que reverte favoravelmente a favor do viajante, pois alarga-lhe as vistas e o conhecimen-

to. Viajar é uma escolha, surge aparentemente como consequência de uma decisão, de uma vontade. E integra sempre a ideia do regresso ao ponto de partida, um regresso físico mas também um regresso ao mundo do conhecido, que contrastará com a alteridade do outro.

Contudo, uma vez encetada a viagem, os termos de referência podem confundir-se. Os trajectos planeados com a ajuda de um mapa, uma vez traduzidos em percursos sentidos no corpo e no espírito assumem roupagens muito distintas. O acto de montar a cavalo, aguentar os solavancos do coche, enjoar no vapor, ser deslocado dentro de uma carruagem de comboio, ou caminhar a pé, é vivido como uma experiência única e individual, susceptível de todas as leituras. Aliás, o próprio percurso já é uma componente muito importante da viagem.

Sente-se uma inquietação em alguns viajantes, nunca satisfeita, e que Charles Baudelaire exprimiu da seguinte forma: “Parece-me a mim que estaria sempre melhor onde não estou, e esta questão da deslocação é assunto que discuto sem cessar com a minha alma” (Kaplan 1996: 27). Já Jacinta Maria Matos regista que as viagens

sempre serviram como forma de nos situarmos no mundo e de para ele criarmos princípios, meios e fins (ou pontos de partida, de transição e de chegada) que estruturam a nossa existência material e conceptual como seres humanos (Matos 1999: 23).

A viagem também pode ser um pretexto para a fuga, uma resposta às crises existenciais, estando em causa a auto-imagem do narrador. Ou seja, a narrativa de viagem pode ser outra forma de autobiografia. As motivações são variadas e sobrepõem-se: viaja-se para olhar, ver, sentir, escrever, impor-se, empoderar-se, provocar inveja, sentir prazer, sentir mudança, abafar o tédio, matar o tempo.

O viajante parte sempre com uma ideia já preconcebida sobre o objecto da sua viagem, neste caso o país Portugal e com uma multiplicidade de construções acerca das suas gentes e respectivo enquadramento social, político e artístico. Ao ser confrontado com “a realidade” daquilo que “vê” confirma aquilo que já sabia ou fica confuso, pleno de perplexidades e contradições. O viajante mantém-se em permanente estado de observação, tendo a ilusão que consegue manter a distância entre observador e observado. No entanto, ele também não deixa de ser observado pelas gentes da terra, com mais ou menos surpresa ou curiosidade, estabelecendo-se uma interacção, mesmo que nunca haja comunicação linguística entre ambos. E a questão do não

conhecimento da língua é para o viajante de primordial importância, embora sejam raros aqueles que o anotam como uma limitação séria à capacidade de entendimento. A não ser que permaneçam no País durante algum tempo e se esforcem por aprender os rudimentos do português, a grande maioria destes narradores fica em estado de surdez e de mudez face aos nacionais, o que também marcará a sua capacidade de percepção.

O viajante em Portugal quase sempre indica, explicitamente ou não, que é superior aos nativos do lugar onde se processa a viagem. Contudo, inesperadamente, por vezes experimenta angústias e ânsias com as quais não tinha contado. Mas sublinha constantemente a certeza da sua superioridade, cultural, civilizacional, moral. Um viajante manifesta assim a distância que sente em relação aos portugueses: “Eles são exóticos, pitorescos, infantis e até primitivos no seu gosto antiquado por títulos e por se quererem evidenciar.”

Nota-se que há um certo conflito entre as observadas e os observadores. Estas estão enquadradas no seu espaço — físico, temporal e psicológico — no seu espaço quotidiano, enquanto os viajantes estão fora do seu espaço e o seu olhar é também marcado por essa “deslocação” em relação às suas referências. É o olhar que repetidamente afirma que “as mulheres em Portugal vivem de uma forma que já não se usa nos nossos países”. Sobressai que para alguns destes viajantes, as mulheres portuguesas são objecto de múltiplas fantasias, de intenso desejo, de desejo não realizado — ou recorrem às prostitutas ou aquelas “recatadas donzelas”, bem protegidas, estavam completamente fora do seu alcance. As portuguesas constituíam um enigma para os estrangeiros: por serem mulheres e porque eram estrangeiras.

Os viajantes usam e abusam explícita ou subjectivamente da tendência “natural” para a comparação: a grelha que já possuem, que transportam às costas, é a do seu género, do seu meio, do seu país, da sua cultura, da sua experiência e do seu tempo. Transportam uma bagagem mental construída com as leituras realizadas e as conversas havidas antes da partida. O que têm tendência a fazer é “comparar”, é “confrontar” aquilo que vêem ou que julgam estar a ver, com aquilo que já conhecem. O exercício de comparação opera-se também dentro do espaço da viagem — é frequente encontrar comentários do tipo “as mulheres do Norte [de Portugal] apresentam uma tez mais clara do que as do Sul”. O olhar é raramente de aprendizagem, é um olhar de

contestação ou mesmo de recusa. É o olhar que procura sublinhar o diferente, o pitoresco, o exótico, na esperança de que tal venha a chamar a atenção do futuro leitor.

Os viajantes tendem a demarcar um contraste entre o campo e a cidade — ao pitoresco do rural contrapõe-se a miséria e a grosseria da cidade. “Os camponeses eram excelentes”, escrevia Beckford sobre Portugal, integrando-os na paisagem. As camponesas são repetidamente descritas, de Norte a Sul do País, ao longo dos dois séculos, com os seus trajes e a sua força de trabalho.

Viajar significa movimento e, muitas vezes, tal significa que se passa pouco tempo num local e que de seguida se estabelece uma distância em relação a esse local. Contudo, “movimento, tempo e distância são conceitos que são difíceis de separar. Interagem uns com os outros, e assumem significados diferentes, que dependem do viajante” (Lowndes Vicente 2003: 82). Acresce que o viajante que se ausenta por largo período de tempo do seu país, vive com a nostalgia do experimentado, do conhecido, do familiar, do “bom modelo”, dos “bons valores”, a forma correcta de ser e de estar — e que obviamente bule com a forma de estar e de ser do estranho/estrangeiro.

No caso português, repito, desenhava-se um espaço que, visto a partir do Norte da Europa — o centro do mundo, por excelência — se representa como ultraperiférico. A imagem é de um país que não merecia ser europeu, quase em estado selvagem, quase a barbárie, que necessitava da influência positiva da civilização mais avançada. A ideia de que a periferia poderia também marcar o centro não seria sequer equacionada.

Bénédicte Monicat, que estudou os itinerários femininos do século XIX, escreveu que a Espanha e Portugal eram países “intermédios”. A Espanha constituiria uma fronteira, entre

o selvagem e o civilizado, o cristão e o muçulmano, o Norte e o Sul, a Europa e a África, o branco e o negro, o conhecido e o desconhecido, o reino onde também cabiam as mulheres ou só os homens, o racional e o instintivo (Monicat 1996: 16-17).

Quanto a Portugal, a autora considera que era tudo isto, só que de forma mais acentuada, e ainda por cima não apelava aos imaginários dos viajantes com a mesma intensidade que a Espanha.

Por outro lado, a leitura destes textos indica que os viajantes tinham o costume de ler o que já tinha sido produzido sobre Portugal

por outros viajantes e alguns comentam os seus antecessores, concordando, discordando, criticando ou, até, copiando. As suas narrativas estão portanto edificadas sobre sedimentações anteriores, num processo que não deixa de ser de continuidade mesmo que se apresente como diferente, inovador ou em ruptura. Como é sempre o caso, há outros livros contidos nestes livros.

Ao regressar ao seu país, o viajante quer provar que aquilo que conta é verdade e a melhor forma de o provar é escrever, desenhar, pintar ou fotografar a viagem. A forma de a transpor para o local de vida é precisamente através da fixação literária ou iconográfica. Ao escrever, o/a narrador/a torna-se uma autoridade. Ver equivale a conhecer, o que por sua vez autoriza a que se diga. O/a viajante que escreve é sujeito do olhar e sujeito da palavra, e a narrativa sobrepõe estes dois momentos, apesar de, no tempo real, terem estado separados (Wetzel 1992: 17).

Classifica e categoriza com o olhar, a mente, a pena, o pincel, o lápis ou a máquina fotográfica. André Malraux disse que “escrever a viagem é transformar a experiência em consciência”. Acresce que o/a narrador/a deseja que o/a leitor/a seja cúmplice da sua superioridade. Não lhe interessa partilhar o seu olhar com o observado mas sim com o receptor do seu próprio país, que participa da mesma cultura, dos mesmos pressupostos, dos mesmos orgulhos e preconceitos. Mas o observado, a observada, ao transformar-se em leitor/a também se fascina com essas narrativas — indigna-se ou deleita-se — e alimenta a sua memória, individual e colectiva. A mulher viajante, que se inicia na arte da escrita de viagem, saberia que estava a entrar em espaços de afirmação masculinos — estava a transgredir, e isso claramente dá-lhe prazer. Muitas são as narradoras que manifestam exuberância, força, poder.

Assinale-se que, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, quando as formas de transferência de informação, quantidade de conhecimento disponível e tempo necessário para a circulação dessa informação eram bem distintas das que predominam no início do século XXI, estas narrativas constituíam uma fonte informativa importante para os governantes e elites dos países dos viajantes. Nessa medida, também contribuíam para as decisões políticas por estes tomadas e para a opinião pública em geral. Aliás, a viagem e a sua narrativa facilitou a circulação das ideologias e também contribuiu para alimentar a sua

construção. Se a narrativa transporta ideologia também a imagem o faz e todo o discurso em torno da narrativa poder-se-á transportar para a iconografia.

No século XIX a viagem vulgarizou-se após a Conferência de Viena ter posto fim aos conflitos europeus em 1815. Foi a partir dessa data que o inglês, a inglesa, em números cada vez mais significativos, oriundos não só da nobreza e da burguesia mas já também das classes laboriosas, partiram para o “Continente”, ou seja, a Europa, com o dinheiro obtido pela revolução industrial. Mas se a Europa era representada como um todo, afinal só alguns países faziam parte desse todo, e Portugal não era um deles. Partiam para França, Alemanha, Suíça, Itália, Grécia e muito mais raramente, Espanha. Cruzavam-se com outros compatriotas que “já lá tinham estado” e, pior, até já tinham escrito o “seu” livro.

O inglês Thomas Cook apercebeu-se deste gosto pela viagem, que atingia camadas sociais inglesas cada vez mais alargadas. Assim, intuiu que se propusesse ao cidadão ou cidadã britânicos a solução de alguns problemas logísticos — transporte da pessoa e da sua bagagem, alojamento, alimentação — o potencial era inesgotável. A primeira viagem que organizou, para fora do país, para um grupo de turistas, como já eram chamados, a partir da etimologia de *tour*, e da inspiração do *Grand Tour*, foi de Londres a Paris, ida e volta, e ocorreu em 1855. Dentro de Inglaterra, em 1841, já tinha organizado uma viagem de ida e volta entre Leicester e Loughborough, de comboio, que foi aproveitada por 570 pessoas, para fazerem a viagem de dez milhas (Kowalewski 1992: 5). A partir daí a empresa prosperou e ainda existe.

Mas a indústria da produção de guias turísticos já o tinha precedido. O seu compatriota John Murray adiantou-se. Naquela mesma data, este famoso editor publicou a 1ª edição do *Handbook for Travelers in Portugal* (1855). Mas já anteriormente tinha publicado guias “práticos” da Alemanha, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália, França, Espanha, Rússia, Constantinopla e Grécia. O primeiro país a merecer um destes guias, escrito por ele próprio, foi a Suíça, e foi posto à venda em 1837 (Cotsell 1990: 12). O volume de pormenores fornecido por estes guias era tal que se poderia afirmar que o viajante, com aquela leitura, ficava a saber mais sobre o país do que os seus próprios habi-

tantes, o que seria certamente verdadeiro no caso português (Cotsell 1990: 12).

O guia sobre Portugal não tem autor indicado, mas possui um mapa e um índice toponímico e onomástico e está repleto da tal informação prática e sucinta. Alerta desde logo o turista, como o chama, para o facto de “ele ir ler a descrição de um país que é menos conhecido dos ingleses que qualquer outro país na Europa” (*Handbook for Travellers in Portugal* 1855).

John Murray tinha preocupações literárias e era frequente citar poesia nos seus guias. Conhecendo o apelo popular do viajante romântico por excelência, Lord Byron, que muitos aspiravam imitar, chegou a editar versos do poeta e distribuí-los gratuitamente com os guias. Estes foram enormes sucessos de venda, o que levou W. W. Story, numa obra datada de 1863, *Roba di Roma*, a comentar:

Todos os ingleses [no estrangeiro] carregam com um Murray pela sua informação, e com um Byron pelo seu sentimento, e através deles conseguem descobrir o que devem saber e sentir em todos os passos que dão (Buzard 1991: 19).

Em França, os *Guides Joanne* (do nome do autor Adolphe Joanne) dedicados à Europa começaram a ser publicados com alguma regularidade na segunda metade do século XIX, tendo-se transformado nos *Guides Bleu* a partir de 1910 (Nora 1986). O alemão Karl Baedeker também obteve imenso sucesso com a sua casa editora de guias de viagem que perdurou após a sua morte em 1859. Começavam por ser publicados em alemão mas eram de imediato traduzidos para inglês e francês. A primeira edição do *Spanien und Portugal* é de 1898, a que se sucederam várias edições até aos tempos presentes (García-Romeral Pérez 1999: 32).

De assinalar que nestes guias e aliás em muitos livros de viagens analisados, os habitantes do país estão completamente ausentes e nem as mulheres nem os homens são objecto de qualquer representação. É o tal deserto humano de que mais tarde falaria Roland Barthes, quando se referia ao *Guide Bleu*:

a vida humana de um país desaparece em benefício exclusivo dos seus monumentos. Para o Guide Bleu os homens só existem como “tipos”. De novo encontramos aqui a doença de pensar por essências, que se encontra nos fundamentos de toda a mitologia burguesa sobre o homem (e é por isso que está presente em tanto lado) (Barthes 1973: 74-75).

Assim, apesar da existência destes guias, Portugal, pela sua colocação geográfica e pela sua imagem exterior, foi até ao final do século XIX um local fora da rota e, portanto, susceptível de constituir novidade para os que o buscavam.

Quanto aos aspectos literários, sabe-se que a literatura de viagens não constitui um género literário homogéneo, pois não obedece a quaisquer regras, normas ou classificações. Cada narrador sente a liberdade da invenção quanto à forma e cria o seu conteúdo — a única experiência em comum é a viagem e a marca da palavra do/da viajante é o seu exclusivo. Como género tem sido amada e desconsiderada, repudiada por ofensiva ou mentirosa, desprestigiada por transmitir “impressões” e não “reflexões”. E, no entanto, a literatura de viagens é inesgotável enquanto fonte, enquanto arquivo, enquanto registo. Bem e mal tem servido a múltiplas disciplinas — história, literatura, sociologia, filosofia, antropologia, direito, geografia, etnologia, etc.

3. Século XVIII

3.1 *As mulheres, os viajantes, as representações*

A origem nacional dos narradores escolhidos para este século é sobretudo inglesa, o que terá a ver com o nível cultural e económico dos habitantes de Inglaterra e com a respectiva situação política dominante na Europa.

De realçar ainda a tradição inglesa do *Grand Tour*, que se tornou muito frequente, justamente a partir do século XVIII. Tratava-se de uma viagem que tinha algo de iniciático, empreendida por homens jovens, da alta burguesia ou aristocracia, com destinos sobretudo europeus. Estendia-se por vários meses, ou ultrapassava mesmo o ano, sobressaindo a escolha da França, da Alemanha mas sobretudo da Itália como destino. O jovem era acompanhado por um ou mais preceptores e criados. Esses *tours* eram considerados como um elemento importante de formação emocional e cultural, preparando os viajantes para a vida adulta. Pretendia-se alargar perspectivas, conhecer outras culturas, nem que fosse para reconfirmar a certeza da superioridade britânica. Estes viajantes dedicavam-se a visitar os monumentos e os lugares já consagrados por outros. Alguns mantinham um diário, pintavam aguarelas das paisagens e adquiriam recordações do local ou do país, que muitas vezes constituíam valiosas peças artísticas. Dado que

a viagem era entendida como um processo educativo, o narrador quer partilhar a educação, os conhecimentos, a sabedoria e a experiência adquirida com o/a leitor/a — por isso escreve, é magnânimo, é generoso, afirma o seu poder. A viagem e o discurso que lhe correspondia eram apanágio das classes abastadas inglesas, do sexo masculino, que viviam na expectativa de um futuro de prestígio e influência.

Portugal não se encontrava no itinerário dos ingleses que realizavam o *Grand Tour*. País quase desconhecido, de difícil acesso geográfico, cuja imagem, quando a tinha, era bastante pejorativa — atraso civilizacional, costumes estranhos e exóticos, sem obras literárias, artísticas ou musicais conhecidas no exterior, vivendo sob o domínio da Igreja. Tão ultraperiférico que mais parecia não ser parte da Europa. O autor anónimo de *La galerie agréable du Monde*, sem data, mas que poderemos situar no início do século XVIII, escreve: “Os antigos acreditavam que Portugal era o fim do mundo” (*La Galerie Agréable du Monde* s.d.: 5). País gótico, bárbaro e rude, cuja alteridade confundia e que nem sequer se desejava conhecer. Charles Dumouriez, autor do *État présent du Royaume de Portugal en l’année 1766* (1ª edição de 1775 e 2ª, com rectificações e aditamentos, de 1797) escreveu que

A nação portuguesa é a que menos reconhecimento deve aos viajantes. Todos, com uma só voz, se comprazeram em a desacreditar e a Europa assim informada passou a considerar todo e qualquer português como um selvagem e beócio. O desconhecimento da língua portuguesa, a posição do país no extremo da Europa, o reduzido número de portugueses que viaja, a decadência do Estado, tudo isto concorre para que não haja quem se dê ao trabalho de verificar se é exacto o que se escreveu sobre Portugal (*O Portugal do D. João V* 1989: 35).

Outro autor anónimo escrevia em 1777:

Não se creia que há uma falha natural de actividade no génio dos povos do Sul. Os anais de Portugal contradizem esta afirmação; [...] temos que buscar a causa na natureza do seu governo em vez de atribuir o defeito ao seu clima. Embora pareça estranho, Portugal apresenta-se num completo estado de infância, para não dizer barbárie, entre os estados mais polidos da Europa. Com a perda do seu comércio, perderam o sentido do trabalho, perderam o conhecimento das artes, o exercício da sua razão, e os princípios de políticas sensatas (*Letters from Portugal on the Late and Present State of that Kingdom* 1777: 12).

Os viajantes sentem simultaneamente repulsa e atracção pela população portuguesa — repulsa porque os portugueses são vistos como

intrinsecamente diferentes e atracção porque lhes permite não só convencerem-se da sua superioridade como porque essa população justifica uma narrativa que confere importância e prestígio ao seu autor.

Alguns viajantes dão-se conta de uma característica ainda hoje presente no comportamento colectivo português: o medo da novidade, o receio da inovação. É por este motivo que Gorani não encontra a vacina contra as bexigas e é por este motivo que, um século mais tarde, a francesa Amélia, casada com o Rei D. Carlos, é criticada por querer introduzir a vacinação infantil.

Nos excertos apresentados para o século XVIII, são os relatos de casos vividos ou testemunhados que se tornam particularmente interessantes e apelativos para o/a leitor/a, pois fogem da generalização e ganham em autenticidade. É o caso do assassinio de um pretenso amante, que ocorreu na vizinhança do narrador (John Stevens), ou da partida pregada pelas freiras ao oficial de justiça, apelidado de Bacalhau (Merveilleux). Também este autor inclui a descrição do processo de um casamento de uma rapariga contra a vontade de seus pais que serviria a uma empolgante cena de telenovela, assim como a descrição de uma cena violenta em que o marido pregou a mulher ao chão com um grande prego, devido a leves suspeitas de atentado à sua honra. Também Ruders tem vivos retratos de violências praticadas contra as mulheres. Ficou igualmente célebre a atribulada cena do encontro de Gorani com a prostituta, a que se seguiu uma fuga da armadilha montada para o assaltar. Quase nu, saltando entre as imundícies, os cães vadios e as ruínas de uma Lisboa pós-terramoto conseguiu chegar, a custo, à sua residência.

Foi necessária a tragédia do terramoto de 1755 para dar ao País alguma projecção. O tormentoso acontecimento incendiou a imaginação de muitos estrangeiros que a ele se referiram, mesmo sem jamais nos terem visitado (Kendrick 1956). Ao terramoto, ou seja, às suas consequências sociais e económicas, é até atribuída alguma influência na maior liberdade adquirida pelas mulheres.

O viajante estrangeiro em Portugal no século XVIII que se dá ao mister de relatar a sua viagem, conserva de si próprio uma imagem de importância e de relevo. Poderá ser um aventureiro, um pacato curioso, um político, um mercenário ou um espião, ou um doente em busca de melhor saúde — mas reflecte poder — afinal é ele o observador e não o observado. Não permite ao observado qualquer espaço de nego-

ciação. O observado, a observada, é assim objecto e jamais sujeito. Atribui ainda a si próprio um sentimento de coragem — atreve-se a encarar perigos e desafios numa terra exótica porque estranha. São, aliás, inúmeras as referências aos perigos, mesmo de morte, que os viajantes podiam correr às mãos de assaltantes que pululavam pelas estradas e caminhos. A perspectiva dominante do viajante do século XVIII vai sofrendo algumas mutações — passa de uma pretensa informação científica e portanto “objectiva” e vem a aproximar-se, na viragem do século e ao longo do XIX, de um subjectivismo assumido. Alguns vêm ao País por motivos políticos ou profissionais e vivem aqui durante algum tempo, por vezes vários anos.

Se viaja é porque tem dinheiro para tal ou alguém disposto a pagar-lhe, e isso confere-lhe auto-estima e sentido de diferença. Se escreve é porque quer fazer perdurar essa superioridade, quer deixar um traço, quer construir opinião. Efectivamente, os viajantes conseguiram-no pois as suas narrativas eram lidas nos seus países, por variados públicos constituindo também fonte de informação para autores de livros didácticos. O investigador português Castelo Branco Chaves analisou muitos textos do século XVIII, realizando trabalho pioneiro (Chaves 1989). Não deixa contudo de ser irónico que, dando razão aos viajantes estrangeiros que amiúde referem serem os portugueses muito sensíveis às opiniões negativas sobre o País e a população, ele próprio critica e rejeita essas opiniões, quando, a título de exemplo, refere as Cartas de Baretti, cujo mestre era o Doutor Johnson: “Neste desejo de agradar ao mestre se justifica, em parte, o mal que diz dos portugueses, em generalizações apressadas e frequentemente em queixas que, com boa fé, não deviam ter ido tão longe.” Quando o tema era “a mulher”, o investigador comenta que nenhum dos viajantes “chegou ao desaforo de dizer, como disseram do país, que elas mereciam outros homens” (Chaves 1989: 16, 48).

Certos viajantes preferem manter-se anónimos ou utilizam pseudónimos. Outros são sobejamente conhecidos da historiografia — é o caso de William Beckford, José Gorani, James Murphy, César de Saussure, Robert Southey ou o sueco Carl Israel Ruders, com o seu olhar interessado sobre a situação das mulheres. No meio destes autores masculinos surge uma mulher que optou pelo encobrimento, ao não assinar com o nome completo. Trata-se de Maria Riddell, que

acompanhava seu marido, como seria de esperar, numa época em que as mulheres raramente viajavam sós.

Muitos destes viajantes fazem-se eco de opiniões de terceiros sobre as mulheres (ou sobre o País) geralmente negativas (com o exemplo extremo do misterioso Carrère), ou para as refutar ou para as reforçar. Ou seja, o viajante preparava-se para a viagem lendo o que já teria sido produzido sobre o destino. Nalguns casos, essa leitura leva-o mesmo a plagiar as narrativas dos outros. A tendência para a generalização e para a comparação é frequente, surgindo afirmações abrangentes, sem qualquer tipo de qualificação.

Um dos autores analisados, mas de quem não se transcrevem textos, tem a percepção da subjectividade do seu olhar. Arthur William Costigan, pseudónimo de Diogo Ferrier, escreveu na Introdução do seu livro, publicado em 1788, o seguinte:

O mesmo país difere consoante as disposições dos viajantes; enquanto um anda sem nada encontrar que julgue digno sequer de um apontamento, outro encontrará um campo fecundo de observação e pesquisas (Costigan 1989).

Uma ideia domina os viajantes quando se referem às mulheres das classes mais elevadas em Portugal. Pode ser expressa de várias formas e a partir de diversos ângulos mas a todos, pelos vistos, causa alguma estranheza, pelo menos nos termos excessivos em que ocorre. Trata-se do encerramento em que as mesmas são mantidas e que é anotado com ênfase e persistência. Tal deverá, pois, contrastar com os costumes nos seus próprios países. A única situação em que este tipo de mulher se movimenta num espaço público é quando se desloca à igreja (sempre acompanhada por um ou mais criados ou criadas) e enquanto permanece nesse lugar de culto. Mas até para evitar essa oportunidade, vários viajantes referem que muitas casas dispõem de capelas privadas. Só três motivos, portanto, justificariam o sair de casa, para um membro do sexo feminino — para se baptizar, casar e enterrar. Contudo, em 1706, um viajante considera que haveria já então mais liberdade para as mulheres, devido à influência dos estrangeiros em Portugal, incluindo nesse grupo as rainhas estrangeiras.

Aliás, são muitos os viajantes que indicam a ida à igreja e o estar na igreja como a grande oportunidade, que as mulheres não descurem, de se relacionarem com membros do sexo masculino. São olhares e bilhetes que se trocam, são mãos que se tocam, são encontros que se

combinam, muitas vezes com o apoio e convivência das acompanhantes. São estas as dueñas, cuja função é precisamente proteger a rapariga ou a mulher casada da prevaricação.

A clausura em que as mulheres de boa estirpe são mantidas (ao contrário das de baixa condição, que desenvolvem as suas fainas fora de portas) favorece, segundo alguns viajantes, as relações sexuais com criados e também as relações incestuosas, explicadas pelo baixo nível de educação das mulheres. O amor sáfico seria muito vulgar e a extrema precocidade dos casamentos, pela parte feminina, é sublinhada como sinal de falta de civilização.

Os conventos são referidos em função da sexualidade feminina ou masculina, reprimida ou desfrutada, sendo o de Odivelas o supremo exemplo de espaço de libertinagem. O clero é visto por estes protestantes do Norte sobretudo como debauchado, sempre pronto a abusar sexualmente das mulheres, embora com o consentimento destas, e a abusar do povo em geral. Contudo, alguns autores sublinham o pudor e a virtude das portuguesas, enquanto outros optam por sublinhar as suas transgressões e o engenho que têm para iludir a sua escravatura.

Essa autêntica clausura é apresentada como algo imposto às mulheres pelos homens, como se estas não tivessem nenhum poder sobre a organização das suas próprias vidas. O que motivaria esse recato, essa escravatura, seria o doentio ciúme dos homens portugueses, apostados em defenderem uma honra traduzida num comportamento irrepreensível do ponto de vista sexual, de suas esposas ou filhas. O “parece mal”, ou antes, “o que tem que parecer bem” passava pela observância rigorosa desses costumes. Alguns narradores sugerem que mesmo assim, ou talvez até motivadas por um espírito de vingança, as portuguesas conseguiam romper a fidelidade. Mas a infidelidade ou apenas a sua suspeita podia ser motivo de assassinio, quer da culpada quer de seu amante, sem que tal fosse efectivamente punido. Aliás, o título XXXVI das *Ordenações do Reino*, livro V, que esteve em vigor até 1852, “permitia ao marido que castigasse fisicamente a mulher (além do criado, discípulo, filho ou escravo) desde que não utilizasse armas” (Beleza 1984: 28).

Alguns dos viajantes sugerem que muito teriam gostado de cortejar as beldades que vislumbravam nos salões, pois numerosos são aqueles que elogiam a beleza das mulheres portuguesas, mas indicam igualmente que a tanto não se atreveram, com medo de serem esfa-

queados à esquina da rua. Também se encontram referências ao ciúme das mulheres.

Por outro lado, é de sublinhar que as mulheres que viviam de acordo com estas normas pertenciam à burguesia ou à nobreza. Ou seja, a grande maioria das mulheres, as camponesas, as comerciantes, as artífices, as criadas, necessitavam de contribuir para ou prover o seu sustento e o da sua família e, portanto, tinham de circular nos espaços públicos para desempenhar as suas tarefas. Segundo Gentil da Silva, Lisboa contava com um grande número de alfaiatas, lavrandeiras [*sic*], regateiras de porta, padeiras, peixeiras e vendedoras de legumes (Silva 1982: 152-158). No seu interessante trabalho, Maria Antónia Lopes, que recorre a vários viajantes estrangeiros como fonte histórica, considera que na segunda metade do século XVIII se deram alterações significativas na vida das mulheres e no relacionamento entre os sexos (Lopes 1989: 12). A autora afirma que “De duas sociabilidades estanques (masculina e feminina) nasceu no século XVIII a sociabilidade heterossexual” (Lopes 1989: 12). Acrescenta que essa nova sociabilidade foi entendida pelas forças tradicionais como ameaçadora da ordem social e como tal merecedora de ser combatida. Uma das estratégias desse combate teria sido a produção avultada de literatura de cordel, com o intuito de ridicularizar e denunciar os abusos, fossem eles a procura de mais educação para as mulheres, a possibilidade de estas participarem em assembleias, a prática da dança ou o uso de maquilhagem (Lopes 1989: 165-169). Persiste, contudo, a interdição de as mulheres poderem participar em causas de justiça como testemunhas ou juízas (apenas podiam ser rés).

Também se encontram referências às mudanças sociais que D. João V teria procurado introduzir, promovendo festas e bailes que as senhoras poderiam frequentar. Reinou entre 1706 e 1750. Mas o rei é, ele próprio, apresentado como um grande devasso e hipócrita que, por um lado, mantinha quase um harém no convento de Odivelas, e que, por outro, procurava pôr cobro “às poucas vergonhas” que se passariam em muitos conventos. Aliás, verifica-se que o convento era um espaço de relativa liberdade para as mulheres que aí viviam, mesmo que lá tenham ingressado sem ser por livre vontade. Em alguns facilitava-se o contacto sexual com amantes, os muitos “freiráticos” que excitavam a imaginação dos viajantes, pretendendo alguns destes ser incluídos entre esses prevaricadores. Mas mesmo quando as freiras

não adoptavam este tipo de comportamento, encontravam-se num lugar que lhes conferia estatuto, autonomia, acesso a alguma cultura, ou seja, um certo empoderamento. As múltiplas fontes de que dispomos indicam que ao longo desse século, mas mais acentuadamente no XIX, o processo inverteu-se. As freiras ou recolhidas nos conventos passaram a ter de seguir regimes de clausura muitos mais rigorosos, enquanto que “no mundo” as grades perdiam muito gradualmente a sua rigidez e as mulheres, de forma mais ou menos aberta ou dissimulada, procuravam uma sociabilidade mais normalizada com o outro sexo.

Também o Marquês de Pombal é muitas vezes referido como tendo um espírito renovador, pois ao mandar abrir passeios públicos em Lisboa desejava que os dois sexos pudessem ter mais oportunidades de convivência. O seu poder durou entre 1750 e 1777. Segundo alguns viajantes, o marquês não teve tempo para atingir os seus objectivos nesta matéria, tendo havido um retrocesso no que toca à liberdade das mulheres após o seu desterro, quando D. Maria I, a primeira mulher a fazê-lo em Portugal, sobe ao trono em 1777. A rainha e seu marido viveram no Palácio de Queluz onde as festas sumptuosas eram frequentes. Uma das suas primeiras medidas, enquanto rainha, foi a “moralização” da vida nos conventos. Por outro lado, foram restabelecidas as audiências régias, a que qualquer pessoa tinha acesso, e criadas as primeiras escolas para meninas.

Vários são os autores estrangeiros que se espantam perante a pouca importância que é dada à educação das raparigas e é este um tema que se prolonga também ao longo do século XIX. Um dos textos do século XVIII menciona que as mulheres que quisessem estudar eram criticadas.

Muito presente nestas narrativas está o elemento da sedução da mulher pelo viajante homem, — este gosta de se apresentar como varonil, susceptível de ficar encantado com a beleza e elegância das mulheres, satisfazendo as suas “necessidades” sexuais com prostitutas ou optando por contratar uma “amante” fixa, porque esta não propagaria as doenças venéreas. Os jovens aristocratas teriam todos uma amante, com uma série de filhos, antes de casarem com uma menina fidalga. Por altura do casamento, a amante era obrigada a recolher a um convento, enquanto os filhos ficavam a cargo da mulher legítima e, quando não havia legítimos, vinham mesmo a herdar o título e as

propriedades. Por isso, segundo estes narradores, era grande o corrópio nas grades dos conventos.

É assim que a mulher é objecto de desejo por parte dos viajantes e quase sempre esse desejo não pode ser concretizado. A sexualidade é um dos interesses dominantes dos viajantes estrangeiros. Segundo eles, o clima português encoraja a promiscuidade e acirra o desejo sexual quer dos homens quer das mulheres. É durante a Semana Santa, e também durante a Quaresma, quando há uma boa desculpa para visitar muitas igrejas, que se encontram as oportunidades para grandes libertinagens, fazendo mesmo aumentar o número de nascimentos nove meses passados. Os ciúmes e suspeições dos maridos seriam, para alguns autores, amplamente justificados. Os rituais do namoro e do casamento são assinalados, com a ênfase no facto de os enamorados não poderem conviver antes do casamento, o que leva alguns narradores a enaltecer as virtudes da liberdade para as mulheres, tendo em vista a normalização da relação entre os sexos.

A beleza ou a fealdade das mulheres (e também dos homens) são repetidamente mencionadas, assim como os adornos e trajes utilizados pelas diferentes classes sociais. A chamada de atenção para o gosto pelo ouro por parte das mulheres, que com ele se decoram de todas as maneiras, surge já neste século e vai ser assiduamente repetido durante trezentos anos. Outra mudança em relação ao vestuário, ocorreu após o terramoto: devido à imensa confusão que se estabeleceu, mulheres houve que passaram a usar trajes garridos, sem atender às normas anteriormente seguidas.

Encontra-se ainda referências aos escravos e escravas negras, ao serviço da gente endinheirada, sendo costume dirigirem-se aos seus amos e amas de joelhos. Mas essa gente portuguesa é ainda tão primitiva nos seus hábitos que é costume as mulheres estarem sentadas sobre esteiras, acompanhadas das suas criadas (e por vezes de padres), as quais não hesitam em catar-lhes os piolhos, insecto que marca presença frequente nas narrativas do século XVIII e XIX — mais um sinal de subdesenvolvimento, pois significava faltava de higiene.

No entanto, sobressai de alguns textos, explícita ou difusamente, admiração pelo que é entendido como fortaleza e fibra das mulheres portuguesas. No meu livro já referido transcrevo textos de 25 narrativas do século XVIII. Aqui apenas se apresenta uma pequena amostra

de textos de viajantes estrangeiros do século XVIII onde as mulheres portuguesas são referidas:

1. *Voyages faits en divers temps en Espagne, en Portugal, en Allemagne, en France, et ailleurs*, par Monsieur M....., Amsterdam, chez George Gallet, 1700.

Os Portugueses são ainda mais ciumentos de suas mulheres de que os Espanhóis e elas saem de suas casas mais raramente que as de Madrid, o que os leva a dizer que elas só vão à igreja três vezes na vida, ou seja para serem baptizadas, casadas & enterradas. É constante ocorrer que à mínima suspeita eles não hesitam em apunhalá-las, o que parece que as leva a ter uma grande discrição, sob a qual o seu engenho encontra várias formas de enganar os ciumentos, e de se vingarem da escravatura na qual vivem [p. 188].

2. Thomas Pitt (2006): *Observações de uma Viagem a Portugal e Espanha (1760)*. Introdução de Maria João Neto. Lisboa: IPPAR.²

Diz-se que, neste ambiente, florescem depravações de todo o género e, em lado nenhum, mais do que nos conventos. Um dos principais divertimentos dos forasteiros é ir à grade de um famoso convento de freiras perto da cidade, instituição apenas para gente nobre, e onde vivem algumas das mais belas mulheres de Portugal. Elas oferecem guloseimas e, em troca, as pessoas dão-lhes *Champagne* e vinho de Borgonha, até chegarem ao ponto de ter conversas mais próprias de um bordel. Isto foi, pelo menos, o que me contaram [pp. 101-102].

3. *Cartas de hum Viajante Francez a hum seu Amigo Rezidente em Paris, sobre o Character e Estado Prezente de Portugal*, Paris, 1784, manuscrito da BPMP, Misc. N.º 568, in Maria José Moutinho Santos, “A condição da mulher em Portugal no séc. XVIII vista por estrangeiros, alguns aspectos”, in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n.º 1, 1981, pp. 7-20.

Poucas são as mães que façam aprender suas filhas a ler e escrever com perfeição, a bordar [...], a tocar alguns instrumentos, e enfim que façam dela uma mulher estimável. A única ideia que lhes procuram imprimir a todo o custo, é que fujam dos homens, como de uns animais terríveis e perversos. Assim conseguem o contrário do que pretendem [...]. Esta falta de Educação faz que as Senhoras Portuguesas, que a natureza formou muitas belas, se façam pela falta de arte e de conhecimentos, muito desagradáveis e insípidas para a sociedade. [...] E assim rara será a Portugue-

2 Este livro não consta de *As Mulheres Portuguesas vistas por Viagantes Estrangeiros (Séculos XVIII, XIX, XX)*. Foi publicado em 2006.

sa que faça mais do que vegetar: vivem como as plantas e como elas morrem. [...] Apenas as tirais do costumado entretenimento e conversação sobre modas, enfeites e defeitos das suas conhecidas e amigas, pontualmente perdem o uso da fala. [...] É bem verdade que na Corte e em outras principais Cidades e Províncias de Portugal, se acham muitas senhoras de todo o merecimento, que se aplicam às Belas-Artes, que sabem línguas e que fazem muito amável a sua Companhia. Porém estas ainda são muito raras e mais vulgares são as que vos digo. [...] Apenas uma mulher quer, neste Reino, elevar-se acima das suas companheiras, aplicando-se às Artes e Ciências, [...] começam a proclamá-la ironicamente com o título de Doutora, e a dizer que é uma soberba, uma ociosa e que o tempo que gasta sobre os livros, melhor fora o gastara na sua roca e no governo de sua casa [p. 11].

4. Heinrich Friedrich Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Traduit de l'allemand, 2 tomes, Paris, Levrault Schoell et Cie, 1803.

Quanto ao belo sexo, o autor do Nouveau Tableau de Lisbonne, e o seu tradutor, o Sr. Tilesius, de Leipsic [*sic*], não estão sempre de acordo: um enaltece e o outro critica. Em geral, as mulheres têm o defeito que é comum também aos homens, corpo pequeno e com tendência a excesso de gordura; mas muita fisionomia, maneiras vivas e afáveis, olhos muito bonitos, uma cabeleira soberba, dentes muito brancos, um belo colo, pés bem feitos, formam um conjunto atraente, e compensam todas as irregularidades. Embora em Lisboa as raparigas públicas não sejam raras, falta muito para que elas sejam tão inoportunas e tão descaradas como as de Londres ou as do Palais Royal em Paris. [...] Quanto às mulheres de distinção, em Portugal elas quase nunca possuem a doce graça que embeleza as beldades do Norte: [...] No entanto, por vezes encontramos em Lisboa mulheres que reúnem o corpo esbelto e a pele branca e delicada das beldades do Norte, com as vantagens que oferece o clima de Portugal [Tomo I, pp. 273-274].

4. Século XIX

4.1 As mulheres, os viajantes, as representações

Ao longo do século XIX foi patente a expansão do número de viajantes que chegaram a Portugal, e verificou-se um salto quantitativo na produção de literatura de viagens e de livros sobre temas portugueses escritos por estrangeiros. Com a data de 1839 já um título do livro utiliza a palavra “tourist”, correspondendo ao início da popularização e vulgarização da viagem como prática acessível a um número crescente de indivíduos.

O olhar do estrangeiro continua a ser cruzado por crítica, estranheza, espanto, desprezo, interrogação e muito raramente admiração. O

país é considerado obscuro e isolado. A situação política portuguesa era motivo de consternação. Veja-se o que escreveu William Edward Baxter em 1852:

Nenhum homem que tem interesse pelo progresso humano consegue visitar este país sem deplorar a sua degradação política. Deixando as costas de Inglaterra, em poucos dias é transportado do empreendimento do século dezanove para o semibarbarismo do nono; de uma terra com caminhos-de-ferro e telégrafo, de máquinas a vapor e tipografias, para uma terra que outrora ocupava lugar elevado de influência entre as potências da Europa, mas na qual ainda não há uma estrada! (Baxter 1852, I, pp. 39-40).

Outra apreciação muito negativa, de 1830, é assinada por Josiah Conder:

Despojado como agora está das suas colónias mais importantes, que eram a fonte principal da sua riqueza, despovoado e empobrecido, o seu comércio nas mãos de estrangeiros, a sua capital a sede de sedição e desconfiança, em civilização o mais baixo e o último dos países da Cristandade, Portugal quase que não merece ser considerado um reino independente [...] E isto é Portugal, o último e o mais baixo dos reinos da Europa, e no entanto, antigamente a soberana de ambas as Índias — a mãe do Brasil (Conder 1830, 18, pp. 292, 342).

Em Portugal, estes olhares críticos foram comentados por Alexandre Herculano que em 1854 afirmou: “Em Inglaterra não há nenhum tolo que não faça um livro de ‘tourist’; nenhum arquitolo que não o faça sobre Portugal.”

No meu livro (Vicente ²2001) publico excertos e/ou imagens de 50 narrativas do século XIX. 41 dos textos são de autoria masculina ou não indicada e 9 feminina. A maior parte dos autores e autoras são ingleses, mas de assinalar também textos de autoria francesa, espanhola, do dinamarquês Hans Christian Andersen e outros. Apenas um, John A. Dix, é norte-americano.

Torna-se evidente, da leitura destes excertos, que para os seus autores ou autoras, a sociedade portuguesa estava dividida em classes sociais bem distintas e que as funções, costumes, práticas, trajes e atitudes das mulheres variavam consoante a categoria social que lhes pertencia, por nascimento. Os viajantes referem-se à classe popular, que pode ser urbana ou camponesa, introduzindo logo aí algumas variantes, à classe burguesa e à aristocrática. A mobilidade social não é assinalada. As mulheres não são representadas de forma homogênea, devido à idiossincrasia de cada autor ou autora, por um lado, mas

também porque estes tinham bem presentes as variantes sociais. É assim que não só assinalam as diferenças entre as vidas das mulheres e dos homens como entre as vidas das mulheres de distintos extractos sociais.

Mais uma vez e como era visível no século precedente, surge o tema dos excessos de ciúme dos homens em relação às mulheres, que os leva a matar e a violentar sem que tal seja objecto de condenação formal ou informal. O marido pode matar o amante da esposa se for essa a sua vontade, excepto se este for clérigo, juiz ou fidalgo e tal é associado ao mau ou inexistente funcionamento da justiça.

Também no discurso dos viajantes, à semelhança do que ocorria no século anterior, é repetido vezes sem conta o facto de as mulheres da burguesia ou da aristocracia não saírem à rua, não se deslocarem no espaço público, excepto para se dirigirem à igreja. De novo se aponta a cerimónia da procissão como oportunidade para a socialização e para contactos entre os sexos. A vida destas senhoras é vista como sendo de continuada indolência, em que nem a cabeça nem as mãos estão ocupadas. De novo há referências ao costume de se sentarem sobre esteiras no chão, o que é visto como uma herança de hábitos mouriscos. Na segunda metade do século as “assembleias” onde se organizam festas e bailes começam a proporcionar espaços de encontro entre os sexos. Ou seja, o recato, o recolhimento, a reclusão, o confinamento, das mulheres das classes sociais mais elevadas vão perdurar ao longo do século, embora se registe que as portas e as janelas começam a abrir-se, a partir da segunda metade do mesmo.

Apenas as mulheres das classes populares se movimentam com mais liberdade, por necessidade económica. Trabalham duramente, tão duramente ou mais do que os homens, e nos misteres mais diversos. As ovarinas chamam a atenção pelo seu labor, o seu aspecto e a sua vitalidade, e mesmo o seu empoderamento. São bem o expoente de tudo o que é pitoresco. Mas as mulheres populares, para além do trabalho, também são capazes de dançar com alegria e até com volúpia, pois a dança nacional, indicada como sendo a fofa é apontada como roçando a obscenidade. Algumas dedicam-se à prostituição e são criticadas pelos viajantes por aceitarem qualquer cliente o que encoraja a disseminação de doenças. Encontram-se nas narrativas deste século repetidas referências aos imensos carregos que as mulheres laboriosas portuguesas transportam à cabeça.

A Igreja Católica, para os viajantes protestantes, é parte integrante de uma sociedade estranha e retrógrada, sendo apontada como uma das causas do atraso global do País. Mas é a face masculina da Igreja, constituída pelo clero e pelos frades, que é sobretudo criticada. As mulheres da Igreja são vítimas do sistema — são recolhidas contra a sua vontade nos conventos, por ordem do pai ou do marido, embora, para algumas, estes espaços até facultem autonomia e identidade. Mesmo quando entram de livre vontade, o regime é austero e a imposição do celibato rouba ao país um sem-número de habitantes. Contudo, alguns narradores consideram que os recolhimentos prestam bons serviços ao acolher as órfãs e as viúvas pobres. A Misericórdia, por sua vez, acolhe as crianças abandonadas, filhas da miséria ou de amores clandestinos. Uma autora, que esteve em Portugal entre 1860-1861, refere que 60 crianças eram entregues em cada dia, e descreve uma cena pungente relacionada com um destes abandonados.

São várias as referências aos costumes e rituais relacionados com o namoro, noivado e casamento nas várias classes sociais e assinala-se que é possível a uma jovem casar contra a vontade do pai, recorrendo para tal à autoridade do tribunal e à igreja. Mas o facto de os noivos não conviverem antes do casamento, excepto à distância (janela ou igreja) é motivo de espanto para autores masculinos e femininos. Têm de recorrer a uma prática estranha aos observadores — a “olhada portuguesa”. O enamoramento e o amor são representados como valores a perseguir, um objectivo que não só as mulheres como os homens buscam. O casamento também pode ser desejado apenas porque, apesar de tudo, garante às mulheres um maior estatuto e um pouco mais de liberdade, ou assim elas o crêem. A paixão sexual reprimida, escondida, das mulheres, que também pode incluir a masturbação, é aflorada por alguns viajantes. Outras narrativas ocupam-se dos costumes em torno da morte de crianças, anotando que havia a prática de as pintar para ficarem mais bonitas e deixarem boas recordações junto dos parentes.

A questão fulcral da educação das mulheres, a que muitos viajantes são sensíveis, é apontada como estando extremamente atrasada, e tomada como indicador do atraso do País. Alguns viajantes recorrem às estatísticas para demonstrarem a verdade das suas teses. É a partir de meados do século que a situação começa a modificar-se ligei-

ramente. A não existência de literatura criada por mão feminina é igualmente assinalada como evidência do atraso educacional.

No meu livro já referido transcrevo textos de 46 narrativas do século XIX. Aqui apenas se apresenta uma pequena amostra de textos de viajantes estrangeiros do século XIX onde as mulheres portuguesas são referidas:

1. A.P.D.G., *Sketches of Portuguese Life, Manners, Costume and Character*, illustrated by twenty coloured plates, London, Geo. B. Whittaker, 1826.

Durante o trabalho de parto de uma mulher portuguesa, é costume todas as pessoas que estão presentes rezarem o terço sem parar; enquanto algumas vão fazendo promessas de ofertas diversas aos vários santos, se for concedida uma boa hora à senhora em causa [p. 205].

As mulheres portuguesas são extremamente prolíficas; e o número de crianças numa família costuma ser tão elevado como acontece no círculo doméstico dos nossos clérigos. Conheci uma senhora de elevada condição (a viscondessa de R** S**) a qual, por sua conta, tinha trazido ao mundo nada menos do que trinta e quatro crianças [pp. 206-207].

As saloias, ou mulheres camponesas, são geralmente de estatura mais alta do que as habitantes femininas da cidade; a sua tez é semelhante à dos homens, de um tom escuro mas saudável, e não amarelenta ou baça. Têm belíssimos olhos, cheios de expressão. Quando jovens, muitas são muitíssimo bonitas, e em geral têm caras muito agradáveis; mas a sua beleza dura pouco. As primeiras rugas em torno dos olhos aparecem na idade prematura dos vinte anos; a partir daí tornam-se flácidas, e as suas caras e mãos ficam ásperas e enrugadas; e assim quando atingem os trinta anos começam a ficar parecidas com múmias vivas. No entanto estas mulheres muitas vezes duram muitos anos [pp. 322-323].

2. William Morgan Kinsey, *Portugal Illustrated*, 2nd edition, London, Treuttel and Wurtz, 1829.

[1827] Felizmente os Portugueses abandonaram os seus antigos preconceitos contra a admissão de mulheres como actrizes em palco, pois temos sido encantados pelo poder da voz e pela doçura e flexibilidade de tom que exhibe a prima dona [p. 66].

É difícil conceber a forma como as senhoras portuguesas passam o seu tempo dentro de casa, excepto quando sem fito se sentam nas varandas bem acolhoadas; porque decididamente, o cultivo da sua mente, para além de alguns inconsequentes conhecimentos ocupa um tempo muito reduzido das suas tarefas diárias. Por mais bonitas que sejam ainda lhes fal-

ta a dignidade e a força de carácter que distinguem a mulher inglesa altamente cultivada e intelectual. Poderão ter um olho vivo, mas não a elevação espiritual, a energia mental e a alegria casta que distinguem as mulheres das classes mais elevadas no nosso próprio país [pp. 71-73].

3. Hans Christian Andersen, *Uma visita em Portugal em 1866*, Tradução e notas de Silva Duarte, 2ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

[em Aveiro]:

As muitas mulheres que passaram por nós traziam roupas espessas mas pareciam tiritar sob os grandes xales. Devo admitir que foi aqui que vi os primeiros belos rostos de mulher em Portugal, ainda que a sua beleza não fosse ajudada ou destacada pelo vestuário. Também as moças traziam a pesada manta das velhas, deixando-a cair sobre os pés nus e sujos. O chapéu era de feltro negro, com uma aba de uma largura de mais de meio “alen”.

Sobre esta peça com que cobrem a cabeça, transportam grandes cabazes ou aí empilham a mala e o saco de noite do viajante que, deste modo, são levados para o hotel. Mostravam-se, malgrado [*sic*] a pesada carga, faladoras e vivas, e não só com a boca como também com os olhos [p. 70].

4. Juliette Adam, *La Patrie Portugaise, Souvenirs Personnels*, 2ème édition, Paris, G. Havard Fils, 1896.

Um grande número de autores lusitanos queixava-se, até ao segundo terço do século XIX, da insuficiência da educação das mulheres.

Hoje em dia já não se poderiam queixar, pois várias mulheres gozam de celebridade em Portugal, e aí se pode encontrar um grande número de literatas.

Em Portugal, e é esse um dos defeitos que tocam no nosso coração amigo, há a tendência de estar sempre a estabelecer uma comparação entre um autor lusitano e um autor francês. Nós afirmamos que o valor literário das mulheres escritoras em Portugal é um bem que só a elas pertence. Basta citar, para provar a nossa palavra, a Dona Maria Amália Vaz de Carvalho, que é uma crítica de arte de opinião segura, de uma largueza de vistas e de uma originalidade que ela não foi copiar a ninguém.

A Mademoiselle Guiomar Torresão escreveu e traduziu um grande número de romances e de peças dramáticas. Por um lado tem a imaginação necessária à criação e a precisão necessária para a tradução, duas qualidades que raramente se encontram na mesma pessoa.

A Dona Angelina Vidal é conferencista, é filósofa, é poeta. Socialista e patriota, ela comunica o seu ardor sincero aqueles que a escutam ou a lêem. É um orador e um escritor [...].

Eu afirmei que até D. João V as mulheres tinham estado submetidas à tirania do homem ciumento e déspota. Mas foi por pouco tempo que elas conseguiram fugir dessa tirania.

Apenas há cinco ou seis anos é que as mulheres portuguesas de sociedade podem sair à rua, sozinhas ou acompanhadas de uma única pessoa. Até aí elas viviam encerradas, levando uma vida de família semelhante à vida conventual.

A sua educação consistia em aprender um pouco de história, a santa sobretudo, a saber francês ou inglês, sobretudo o francês, a dedilhar convenientemente o piano, a dizer versos, a assimilar algumas fórmulas sobre os deveres das raparigas, e por aí ficavam. Entre si completavam esta educação e sonhavam com o amor romanesco, tal como, aliás, o julgavam pelo menos antes do casamento [pp. 314-321].

5. Henry N. Shore, *Three Pleasant Springs in Portugal*, London, Sampson Low, Marston & Co., 1899.

O destino das mulheres, durante a “idade negra” da história de Portugal, foi, de muitas formas, lamentável. Todos os escritores de qualidade referem o estado de “reclusão asiática” na qual as mulheres das classes mais altas eram conservadas em estado de grande ignorância e os seus senhores ciumentos, uma situação que sugere terras do Oriente, onde o harém ainda é a norma, e não um país civilizado e cristão. A jovem inglesa tem muito que agradecer quando compara os seus “bons e alegres tempos” com a sorte das suas irmãs na bela Lusitânia, onde “ter um namoro” é anátema e onde “a troca de confidências” num canto escondido seria considerado uma “escola de escândalos”. Mesmo hoje em dia, já com o “progresso” no ar, os sexos em Portugal são estranhamente gregários [p. 25].

5. Conclusão

A leitura destes excertos, a visão destas imagens, pode divertir, indignar, perturbar, enfastiar, conforme o texto, a imagem e o receptor em causa. Será que nos pode instruir? Será que nos pode comunicar algo sobre o nosso passado e presente? Ou será que apenas podemos comprovar que estes discursos existem e que foram produzidos por estrangeiros? Será que só podemos concluir que muitas das narrativas são contraditórias? Será que só podemos salientar os aspectos em que se assemelham?

Até que ponto é que as narrativas de um ou de uma viajante podem constituir-se em fonte histórica, sabendo que a viagem é sempre um percurso criado pela persona do/da viajante?

A historiadora Eileen Power considerava que, para se poder chegar a uma reflexão útil no exercício historiográfico, era necessário analisar as ideologias, os quotidianos e a legislação em presença, em determinado lugar e tempo. Parece-me ser esta uma metodologia re-

comendável. Sendo assim, é possível responder que, efectivamente, cruzando estas narrativas e estas imagens com muitas outras fontes, se obtém alguma informação relativamente ao que seria a vida das mulheres e o relacionamento entre as mulheres e os homens, das diversas classes sociais e locais de vivência, ao longo do período em questão. O entendimento dessa informação será muito mais complexo e possivelmente inatingível.

Outra conclusão a retirar é que o País e a sua população eram profundamente não conhecidos/ignorados pelos habitantes dos países mais desenvolvidos da Europa. Acresce que quando algo é desconhecido, tende a apresentar-se com roupagens pejorativas, exóticas, pitorescas, estranhas, com as quais o/a viajante tem dificuldade em conviver. O outro/a outra e a sua diferença são sempre ameaçadores, mesmo que se pertença a uma civilização entendida como “superior” ou talvez, sobretudo quando se pertence a tal civilização. Não é a minha terra, é a terra do outro. A imagem do espaço periférico, ou mesmo ultraperiférico, persiste.

Ainda outra conclusão a retirar é a constância do temor do ser masculino face à sexualidade e ao poder da reprodução das mulheres — o único poder que não lhe pode ser retirado. Esse temor está presente em muitas das narrativas, justificando um sem-número de comportamentos e atitudes que continua presente no quotidiano nacional.

Conclui-se também que não é menos ambíguo o papel das instituições da Igreja Católica, por vezes protectoras e promotoras das mulheres, por vezes tementes ou mesmo destruidoras da sua dignidade e liberdade individual.

Bibliografia

- Barthes, Roland (1973): *Mythologies*. Translated by Anette Lavers. London: Paladin Books.
- Baxter, William Edward (1852): *The Tagus and the Tiber*. London: Richard Bentley.
- Beleza, Teresa Pizarro (1984): *A Mulher no Direito Penal*. Lisboa: CCF.
- Birkett, Dea (2004): *Spinsters Abroad, Victorian Lady Explorers*. Stroud: Sutton.
- Bridge, Ann/Lowndes, Susan (1949): *The Selective Traveller in Portugal*. London: Evan Brothers.
- Buzard, James (1991): “The Uses of Romanticism: Byron and the Victorian Continental Tour”. In: *Victorian Stories*, 35, 1, pp. 29-49.

- Chateaubriand, François-René de (1969): *Œuvres Romanesques et Voyages*. Vol 2. Texte établi, présenté et annoté pour Maurice Regard. Paris: Gallimard.
- Conder, Josiah (1830): *The Modern Traveller*. 30 vols. London: James Ducan.
- Costigan, Arthur William (1989): *Cartas de Portugal 1778-1779*. Tradução, prefácio e notas por Augusto Reis Machado. Lisboa: Lisoptima.
- Cotsell, Michael (ed.) (1990): *1830-1876, Creditable Warriors*. Vol. 3. London: The Ashfield Press.
- Duby, Georges (1991): *L'Histoire Continue*. Paris: O. Jacob.
- La Galerie Agréable du Monde* (s.d.). Leide: Pierre Vander Aa.
- Gallego Durán, María del Mar/Navarro Domínguez, Eloy (eds.) (2007): *Relatos de Viajes, Miradas de Mujeres*. Sevilla: Alfar.
- García-Romeral Pérez, Carlos (1999): *Bio-Bibliografía de Viajeros por España y Portugal (Siglo XIX)*. Madrid: Ollero & Ramos.
- Handbook for Travellers in Portugal* (1855): London: John Murray.
- Hodgson, Barbara (2002): *No Place for a Lady*. Vancouver: Greystone Books.
- Kaplan, Caren (1996): *Questions of Travel, Postmodern Discourses of Displacement*. Durham/London: Duke University Press.
- Kendrick, Thomas Downing (1956): *The Lisbon Earthquake*. London: Methuen.
- Kowalewski, Michael (ed.) (1992): *Temperamental Journeys. Essays on the modern literature of travel*. Athen/London: University of Georgia Press.
- Lapeyre, Françoise (2007): *Le Roman des Voyageuses Françaises (1800-1900)*. Paris: Payot.
- Letters from Portugal on the Late and Present State of that Kingdom* (1777). London, printed for J. Almon.
- Lévi-Strauss, Claude (1964): *Tristes Tropiques, Translated from the French by John Russell*. New York: Atheneum.
- Lopes, Maria Antónia (1989): *Mulheres, Espaços e Sociabilidade, a Transformação dos Papéis Femininos em Portugal à Luz de Fontes Literárias (Segunda Metade do Século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Matos, Jacinta Maria (1999): *Pelos Espaços da Pós-Modernidade, A Literatura de Viagens Inglesa da Segunda Grande Guerra à Década de Noventa*. Porto: Afrontamento.
- Monicat, Bénédicte (1996): *Itinéraires de l'Écriture au Féminin. Voyageuses du 19ème siècle*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi.
- Morató, Cristina (2007): *Viajeras Intrépidas y Aventureras*. Barcelona: Plaza Janés.
- Nora, Pierre (comp.) (1986): *Les Lieux de Mémoire*. II: *La Nation*. Paris: Gallimard.
- O Portugal de D. João V visto por três forasteiros* (²1989). Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Silva, José Gentil da (1982): "A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII". Separata de *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, número especial da *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, pp. 143-166.

- Vicente, Ana (²2001): *As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes Estrangeiros (Séculos XVIII, XIX, XX)*. Lisboa: Gótica.
- Vicente, Filipa Lowndes (2003): *Viagens e Exposições — D. Pedro V na Europa do Século XIX*. Lisboa: Gótica.
- Wetzel, Andreas (1992): *Partir sans Partir. Le récit de voyage littéraire au XIXe siècle*. Toronto: Les Éditions Paratexte.